

“NÓS SOMOS AS GENINHAS”¹: EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO EM PROL DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

“SOMOS LAS GENINHAS”: EXTENSIÓN, INVESTIGACIÓN Y DOCENCIA A FAVOR DE LA EDUCACIÓN DE LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES

“WE ARE THE GENINHAS”: EXTENSION, RESEARCH AND IN FAVOR OF THE EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS



Thaís Regina de CARVALHO²
e-mail: decarvalho@ufg.br



Rachel Benta Messias BASTOS³
e-mail: rachel.bastos@ifg.edu.br

Como referenciar este artigo:

CARVALHO, T. R.; BASTOS, R. B. M. “Nós somos as Geninhas”: extensão, pesquisa e ensino em prol da educação das relações étnico-raciais. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 14, n. esp. 2, e024025, 2024. e-ISSN: 2237-258X. DOI: 10.30612/eduf.v14iesp.2.19721



| Submetido em: 12/08/2024

| Revisões requeridas em: 19/08/2024

| Aprovado em: 01/09/2024

| Publicado em: 30/12/2024

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Trecho da música do *Coletivo Geninhas em movimento*; composição: Michel Pires, ano: 2023.

² Professora do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado e doutorado em educação pela Universidade Federal do Paraná. Realizou doutorado sanduiche na Universidade do Texas, financiado com recursos do Programa Abdias Nascimento - SECADI/MEC/CAPES.

³ Doutora em Educação (2009-2013); Mestre em Educação (2004-2006) e Pedagoga (1999-2002) pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG).

RESUMO: Considerando a perspectiva da *práxis Sankofa*, o presente artigo apresenta como foco os debates sobre educação das relações étnico-raciais na educação básica e ensino superior, a partir da Lei Federal n.º 10.639/2003 e os demais documentos orientadores. Assim, o nosso objetivo constitui-se em: compartilhar e analisar as ações de extensão, pesquisa e ensino desenvolvidas pelo *Coletivo Geninhas em Movimento*. Esse Coletivo iniciou as suas atividades no ano de 2021 com a participação de docentes e discentes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Instituto Federal de Goiás. Nossa fundamentação teórica está ancorada na epistemologia negra, em especial nas produções acadêmicas de mulheres negras. Os caminhos metodológicos foram demarcados por: estudo do referencial teórico da área; acompanhamento, realização e análises de atividades propostas na educação básica e no ensino superior; além de registros fílmicos e fotográficos. Os resultados apontam que o Coletivo vem desenvolvendo ações que contemplam o tripé extensão, pesquisa e ensino, as quais denotam a importância e necessidade do *continuum* movimento da *práxis Sankofa* para que a educação das relações étnico-raciais seja efetivada em âmbito das unidades educativas e instituições de ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação das relações étnico-raciais. Extensão-Pesquisa-Ensino. Coletivo Geninhas em Movimento. *Práxis Sankofa*.

RESUMEN: Considerando la perspectiva de la *praxis Sankofa*, este artículo se centra en los debates sobre la educación de las relaciones étnico-raciales en la educación básica y superior, a partir de la Ley 10639/03 y otros documentos rectores. Por lo tanto, nuestro objetivo es: Compartir y analizar las acciones de extensión, investigación y docencia desarrolladas por el Coletivo Geninhas em Movimento. Este Colectivo inició sus actividades en 2021 con la participación de docentes y estudiantes de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Goiás y del Instituto Federal de Goiás. Nuestro fundamento teórico está anclado en la epistemología negra, especialmente en las producciones académicas de las mujeres negras. Los caminos metodológicos estuvieron delimitados por: estudio del marco teórico del área; monitorear, realizar y analizar las actividades propuestas en educación básica y educación superior; además de registros cinematográficos y fotográficos. Los resultados indican que el Colectivo viene desarrollando acciones que incluyen el trípode de extensión, investigación y docencia, las cuales denotan la importancia y necesidad del movimiento continuo de la *praxis Sankofa* para que la educación de las relaciones étnico-raciales se realice en el ámbito de unidades educativas e instituciones de educación superior.

PALABRAS CLAVE: Educación de las relaciones étnico-raciales. Extensión-Investigación-Docencia. Colectivo Geninhas em Movimento. *Sankofa Praxis*.

ABSTRACT: Considering the perspective of *Sankofa praxis*, this article focuses on debates on the education of ethnic-racial relations in basic education and higher education, based on Federal Law No. 10.639/2003 and other guiding documents. Therefore, our objective is to: Share and analyze the extension, research and teaching actions developed by Coletivo Geninhas em Movimento. This Collective began its activities in 2021 with the participation of teachers and students from the Faculty of Education at the Federal University of Goiás of the Federal Institute of Goiás. Our theoretical foundation is anchored in black epistemology, especially in the academic productions of black women. The methodological paths were

demarcated by the study of the theoretical framework of the area and monitoring, carrying out, and analyzing proposed activities in basic education and higher education, in addition to film and photographic records. The results indicate that the Collective has been developing actions that include the tripod of extension, research, and teaching, which denote the importance and need for the continuous movement of Sankofa praxis so that the education of ethnic-racial relations is carried out within the scope of educational units and institutions of higher education.

KEYWORDS: *Education of ethnic-racial relations. Extension-Research-Teaching. Geninhas em Movimento Collective. Sankofa Praxis.*

Somos resistência em movimento

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar,
estou mudando as coisas que não posso aceitar”
(Angela Davis)

Iniciamos o presente artigo com a expressiva frase da intelectual Angela Davis, com o intuito de salientar a importância de rompermos com o silenciamento perante os privilégios da população branca, bem como a discriminação e desigualdades étnico-raciais, de gênero e classe que estruturam a nossa sociedade. Nesse sentido, corroboramos com Gomes (2023) que:

[...] Em uma perspectiva interseccional, é possível perceber que as desigualdades e exploração econômicas agravam ainda mais essa conjuntura e provocam maior impacto na vida de pessoas negras, mulheres e homens cis e pessoas trans. Tudo isso afeta as chances de integração dos sujeitos na sociedade, a garantia de direitos e a capacidade de mobilidade ou ascensão social (Gomes, 2023, p. 4).

Diante desse contexto, torna-se necessária a realização de debates, ações e políticas públicas que busquem garantir os direitos de todos os sujeitos. E, é nessa direção que prima por: consideração do entrecruzamento de raça, gênero e classe; aquilombamento teórico-metodológico; *povoada*; transgressões em âmbito da educação; que nasce o Coletivo Geninhas em Movimento, o qual atua desenvolvendo ações que contemplam o tripé extensão, pesquisa e ensino. A seguir, apresentamos a nossa identidade visual (Figura 1).

Figura 1 - Identidade Visual do Coletivo Geninhas em Movimento



Fonte: acervo do Coletivo Geninhas em Movimento (2021).

Para iniciarmos esse movimento de troca de saberes, é essencial conhecer os motivos para a escolha do nome do Coletivo Geninhas. Tal nome retrata uma homenagem à Jesuína Adelaide dos Santos, que tinha como apelido Geninha. Ela nasceu no ano de 1920, na capital de Santa Catarina, e foi uma mulher negra empoderada e à frente do seu tempo. Geninha casou-se aos dezoito anos e ficou viúva aos vinte anos de idade. Foi mãe de Ada Jesuína dos Santos e de Walfrides dos Santos. Teve cinco netas e dois netos, nove bisnetas e cinco bisnetos. Para a sua sobrevivência, ela vendia renda de bilro na cidade de Florianópolis. Além disso, alguns aspectos marcantes na trajetória de Dona Geninha remetem à coletividade, oralidade, corporeidade e musicalidade, haja vista a sua maestria para integrar diferentes sujeitos, seja por meio de reuniões familiares ou por sua participação em eventos religiosos, blocos carnavalescos, escolas de samba, inclusive, como fundadora e presidente da “Sociedade Recreativa e Cultural Império do Samba⁴”. Nessa trajetória, as estratégias para acessar e permanecer nos mais diversos espaços são atravessadas pela resistência, a qual se constitui como um demarcador importante nas vivências e experiências da Geninha e de tantas mulheres negras.

Assim, a escolha pelo nome Geninhas busca potencializar as agências e protagonismos de mulheres negras. A opção por apresentar o apelido no plural (Geninhas) seguido da expressão “em movimento” é no sentido de elucidar que os conhecimentos e ensinamentos da Dona Geninha se multiplicam e não estão estáticos, isolados ou sem proveito, pelo contrário eles se renovam, ressignificam e materializam-se por meio de múltiplas ações em diferentes espaços e contextos.

⁴ Esta escola de samba foi criada no ano de 1971, mas atualmente não participa mais dos desfiles carnavalescos.

Outra singularidade é que este nome simboliza: ancestralidade; memória; história; afetividades; em virtude de que a Dona Geninha era bisavó de uma das coordenadoras do Coletivo e autora desta produção textual (Thaís Carvalho), como podemos visualizar na Figura 2.

Figura 2 - Dona Geninha e sua Bisneta Thaís



Fonte: acervo familiar (2024).

Diante dessa breve contextualização referente à definição do nome do Coletivo, cabe explicitar sobre os caminhos trilhados para sua criação. O Coletivo Geninhas em Movimento iniciou as suas atividades no ano de 2021, de modo remoto, por conta da pandemia da COVID-19⁵. A necessidade e relevância do referido Coletivo emergiu a partir das demandas de graduandas do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), as quais expunham a importância da ampliação dos debates que envolvessem o racismo, discriminação e preconceitos, assim como o estudo de autoras/es negras/os nas mais diversas disciplinas. Somado a isso, no mesmo período o Núcleo de Estudos Afrodescendentes e Indígenas (NEADI-UFG) também estava passando por um processo de intensificação das ações, o qual promoveu o encontro das três atuais coordenadoras, a saber: Cecília Maria Vieira, representando o NEADI-UFG; Rachel Benta Messias Bastos, representando o Instituto Federal de Goiás (IFG); e Thaís Carvalho, representando a UFG.

A partir dessa configuração, o Coletivo Geninhas tem como uma de suas marcas, a integração entre as duas Instituições de Ensino Superior (UFG e IFG), contando com participantes de ambas, dentre elas: docentes, graduandas e pós-graduandas, bem como o público externo formado por pesquisadoras/es da área de Educação das Relações Étnico-raciais

⁵ Conforme dados coletados no site do Ministério da Saúde, a COVID-19 refere-se a uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Ela conta com um nível de transmissibilidade e de distribuição global alto, ocasionando o óbito de muitos sujeitos em torno de todo o mundo. Por isso, a necessidade do isolamento social e da realização de atividades em âmbito virtual.

(ERER), profissionais das Redes Municipais de Educação (RME's) e demais interessadas/os pela temática.

A nossa concepção, subsidia-se na epistemologia negra (hooks, 2013; Kilomba, 2019; Gomes, 2005, 2012a, b, 2017; González, 2020; Carneiro, 2001; 2003; Evaristo, 2018; 2020; entre outras) e nos documentos orientadores que propagam os princípios teórico-metodológicos da ERER (Brasil, 2003, 2004, 2006, 2009). Segundo Brasil (2004, p. 14): “[...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime”.

Nessa direção, compreendemos que a ERER abarca os seguintes elementos apresentados na Figura 3.

Figura 3 - Concepção de ERER



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Portanto, salientando a centralidade da ERER, é necessário apreender que ela precisa ser contemplada de modo contínuo, fundamentado, consistente e com intencionalidade, pois se trata de uma política pública educacional que perpassa os cotidianos de toda a população brasileira, e influencia no processo de construção das identidades de todos os sujeitos, independentemente do pertencimento étnico-racial, ou seja, trabalhar a ERER afeta a todas/os de diferentes formas. Seguindo essa perspectiva, outro elemento essencial da ERER é que ela envolve a produção de conhecimentos, os quais, por vezes, são silenciados e/ou apagados. Assim, é fundamental destacar que a ERER abarca a inserção da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena enquanto aspectos primordiais.

Nesse sentido, conforme exposto inicialmente, o Coletivo Geninhas em Movimento desenvolve ações de extensão, pesquisa e ensino tendo como objetivo principal propor pesquisas e momentos formativos sobre/para a efetivação da implementação da Lei Federal n.º 10.639/2003 na educação básica e no ensino superior, bem como de políticas de ações afirmativas para acesso e permanência nos cursos de graduação e pós-graduação. Dessa maneira, os nossos objetivos específicos constituem-se em: (i) Desenvolver projetos de extensão, pesquisa e ensino relacionados à EREER na educação básica e ações afirmativas no ensino superior; (ii) Propor e atuar em disciplinas sobre EREER; (iii) Aprofundar os conhecimentos a respeito da referida temática, sobretudo em relação à epistemologia negra; (iv) Fortalecer e contribuir para a luta antirracista na educação com ações de práticas pedagógicas e políticas; (v) Atuar no processo de formação inicial e continuada de docentes, estudantes de pedagogia, integrantes do movimento negro e demais interessados/as na temática; (vi) Organizar e desenvolver oficinas pedagógicas para educandos/as das redes públicas, tendo como foco os aspectos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira; (vii) Realizar eventos acadêmicos (lives, seminários, colóquios) a nível local e/ou regional; e (viii) Produzir materiais bibliográficos (artigos, textos) e audiovisuais.

Diante das múltiplas ações do Coletivo, elencamos para o presente artigo que compõe o dossiê temático: “Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás: tessituras dos 55 anos de resistência”, expor algumas das atividades desenvolvidas, considerando a *práxis Sankofa*, isto é, analisando o presente, refletindo sobre o passado e projetando o futuro. Assim sendo, o objetivo geral desta produção textual consiste em: compartilhar e analisar as ações de extensão, pesquisa e ensino desenvolvidas pelo Coletivo Geninhas em Movimento. A nossa fundamentação teórica está ancorada na epistemologia negra, em especial os escritos de mulheres negras. Os caminhos metodológicos foram demarcados por: estudo do referencial teórico da área; acompanhamento, realização e análises de atividades propostas na educação básica e no ensino superior; além de registros fílmicos e fotográficos.

O texto está organizado em três eixos, sendo o primeiro composto por esta apresentação do Coletivo Geninhas em Movimento, expondo informações sobre o nome, contexto de criação, concepção de EREER e objetivos. O segundo conta com o destaque das ações a partir da *práxis Sankofa*. Assim, o mesmo parte da premissa de que “*Nossos passos vêm de longe*” e prossegue abordando sobre a importância da *ressignificação do presente*. Por fim, seguimos com a *projeção do futuro* na perspectiva de uma guisa de conclusão do *continuum* movimento da EREER e exibimos as nossas referências.

A práxis *Sankofa*⁶ por uma educação das relações étnico-raciais

“[...] Semeou, “Geninhas em Movimento”
Coletividade, antirracismo, ação
Ensino, Pesquisa, Extensão
Epistemologia negra, Palavras em circulação
“Povoada”, essa é a movimentação.”
(Elaine Moraes, 2024)⁷.

“Nossos passos vêm de longe” em ato-potência do *exercício Sankofa*⁸! O nosso passado ancestral existiu e resistiu e a cada dia “nascem milhares dos nossos”⁹ formando, povoando e constituindo historicamente o povo negro brasileiro. Hoje, a maioria da demográfica social, correspondente a 55,5% de pretos/pardos autodeclarados, conforme censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e minoria escolarizada. Nossas ancestralidades vêm de longe, num ato contraditório de formação da identidade nacional e de legitimação de um mito da democracia racial imbricados pelas potencialidades dos jogos das forças sociais de lutas, pertencimentos e aquilombamentos político-sociais.

O aquilombamento é, neste contexto de encruzilhadas, um ato-potência de *exercício Sankofa*. “Cada cabeça é um quilombo”, afirmou Beatriz Nascimento (1989) na agregação de sentidos dos aglutinamentos do ato de aquilombar como condição, organização e movimento social de estratégia de resistência, de formação e de pertencimento ao quilombo (Nascimento, 2018). Na condição de união e autopreservação dos corpos e identidade negra, “O quilombo de hoje significa muito mais uma consciência, uma ideologia realmente, uma consciência de que você é um homem, que você é capaz de empreender coisas capazes de serem aceitas, viver e ser aceito dentro de uma sociedade, é isso que é fundamental” (Nascimento, 2018, p. 137).

O *exercício Sankofa* caracteriza-se também como um *continuum* histórico, um elo entre o Brasil e a África, em continuidade da vida. É instituinte da história, da memória e da cultura,

⁶ “Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro”. (Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VI, n. XII, dezembro/2013).

⁷ Poema “Dona Geninha em movimento”, elaborado por Elaine Moraes, discente do curso de Pedagogia do IFG, integrante do Coletivo Geninhas em Movimento.

⁸ O Sankofa enquanto elemento histórico e cultural da África, é um dos símbolos Adinkras e expressa os valores da comunidade, ideais, provérbios e são utilizados em importantes cerimônias e rituais. Sua simbologia está associada ao provérbio “não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu (perdeu)”, num movimento de reelaborar o passado para modificar o presente e construir o futuro.

⁹ “Chega junto, venha cá / Você também pode lutar, ei! / E aprender a respeitar / Porque o povo preto veio para revolucionar / Não deixe calar a nossa voz, não! / (...) / Revolução / Não deixe calar a nossa voz, não! / (...) / Revolução / **Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai**”, música “Cota Não É Esmola”, de Bia Ferreira (2018).

caracterizando-se pela criação engendrada pelos nossos antepassados num ciclo geracional de resistências, reivindicações e de reconhecimentos dos negros no Brasil (Nascimento, 2021).

Nesse sentido, ‘quilombo’ marca um processo de ação, atividade, conduta, dentro dos princípios antes mencionados. Aí residem sua trajetória e importância histórica: essa característica de processo, de continuum. Entretanto, não pensamos esse contínuo como estático, e sim como dinâmico. (Nascimento, 2021, p. 248).

No movimento dessa dinamicidade do *continuum* histórico, a primazia do Coletivo Geninhas é o aquilombamento humano, epistêmico e de transgressões oriundas do ato dialógico de ensinar-aprender pela “pedagogia engajada”, da problematização e transformação social. Significa o “agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo” (hooks, 2013, p. 26). Esse “giro epistêmico e ontológico” para o passado é a teorização como “lugar de cura e libertação” pelo desnudar das naturalizações, conformismos e barbáries civilizatórias.

O desnudar dos nossos passos vêm de longe, racializados, movidos e direcionados pelo colonizador além-mar, nos embalos do Atlântico, em prol da diáspora territorial e (des)humana para o povoamento escravocrata e laboral no novo mundo, na “América Ladina”. Do entrechoque, extermínio e sujeição dos nossos passos, “foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação” (Gonzalez, 1988, p. 78). A “amefricanidade”, uma categoria político-cultural, expressa e materializa a condição do Brasil, país da América Latina, constituído e formado por uma forte influência histórico-cultural negra instituidora, segundo Lélia Gonzalez (1988; 2018) da “América Africana”.

[A amefricanidade e o quilombo] costuram um caminho reflexivo e ativo, cujo caráter decolonizador consegue visibilizar as lutas pela libertação em suas mais distintas performances, sem subsumir a potência de ação política a elas inerentes. Julgo que essas concepções são expressões epistêmicas urgentes para os projetos intelectuais emancipatórios da região (Gonzalez, 2018, p. 199).

Em um *continuum* dos projetos intelectuais emancipatórios, os nossos passos irão para longe, no e pelos passos do Coletivo Geninhas em Movimento, interseccionados pelo *giro da práxis Sankofa* por uma educação antirracista. É o giro interseccional da ação-reflexão-transgressão por uma ERER. A interseccionalidade “[...] é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos

fenômenos e problemas sociais” (Collins; Bilge, 2021, p. 3). A *práxis* do giro interseccional tem como síntese analítica, a dialogicidade sobre a complexidade de pessoas subalternizadas em um mundo social em transformação (Collins, 2019).

Sobretudo, o *giro da práxis Sankofa* constitui-se em um giro epistemológico de ruptura com a “história única” e combate ao “epistemicídio, ao sepultamento dos conhecimentos” e saberes históricos e culturais do povo negro. “As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 32). Podem também combater o “sepultamento”, a invisibilidade e inferiorização naturalizados pelos processos de epistemicídios históricos-políticos.

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima [sic] pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

Num *continuum* da luta permanente e formativa das transgressões do epistemicídio acadêmico, cultural e social, o Coletivo Geninhas tem estruturado as suas ações de extensão, pesquisa e ensino “regozijando com a diversidade humana”, coexistindo como sujeitos cognoscentes produtores de ciências, de culturas e sobretudo, na condição de autoridade e portadoras das falas desses saberes produzidos historicamente, como afirmou Sueli Carneiro¹⁰. Essas ações do Coletivo Geninhas significam um *continuum* dos processos de lutas e enfrentamentos do “movimento negro educador” (Gomes, 2017), o qual é agente político-social das questões raciais, especialmente da educação e da reivindicação de políticas públicas antirracistas.

A luta histórico-política por uma educação antirracista, primordialmente àquelas traçadas pelo Movimento Negro, evidencia a legitimação de políticas públicas emblemáticas no combate ao racismo estrutural, dentre elas a da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial estabelecido pela Lei Federal n.º 10.639/2003, em alteração à Lei n.º 9.394/1996. A obrigatoriedade curricular tem intencionalidade de ruptura

¹⁰ Sueli Carneiro: a ciência e o racismo no Brasil - Instituto Serrapilheira (<https://www.youtube.com/watch?v=gBYk4ePmS6s>).

com propostas pedagógicas excludentes das diferenças formações do povo brasileiro. E sua finalidade é a reparação, o reconhecimento e valorização da história, cultura, identidade africana e afro-brasileira mediante a reeducação das relações entre distintos grupos étnico-raciais (Brasil, 2004).

Como projeto conjunto da sociedade/nação, a reeducação das relações étnico-raciais não constitui função exclusiva da escola. Enquanto instituição social e *lôcus* formativo responsável pelo ato de educar, a escola tem papel principal na eliminação das desigualdades raciais e dos racismos e na emancipação dos grupos étnico-raciais historicamente marginalizados, por meio do ato formativo de “aprender-ensinar-aprender” instituído pela ERER. “Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder”, como afirmou Silva (2008, p. 491).

A ERER está para além da inclusão de conteúdos no currículo oficial, pois “exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas” (Brasil, 2004, p. 17). Exige como princípios “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (Brasil, 2004, p. 17).

Em atuação efetiva desses princípios, o Coletivo Geninhas em movimento segue nesse *continuum* propondo, agindo e transgredindo mediante a *práxis Sankofa*. O êxito deste trabalho exige o desvelamento crítico-social que “[...] a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (Brasil, 2004, p.15). Torna-se fundante o entendimento que a ERER significa conhecimento, aprofundamento teórico-prático das epistemologias negras e indígenas. Exige estudos, pesquisas e reconhecimento dos saberes povo negro e indígena.

Ressignificando o presente

“[...]Nossa Africanidade vai emanar,
pra respeitar!
E a nossa cultura valorizar,
pra fortalecer
pra ti ensinar
Nós Somos as Geninhas!”
(Michel Pires, 2023)¹¹.

Em meio às trajetórias abalizadas por avanços, limitações e lacunas, a africanidade do Coletivo Geninhas em Movimento emana a partir da proposição de ações que contemplam o tripé extensão, pesquisa e ensino na FE-UFG e no IFG-Campus Goiânia Oeste. A seguir socializamos as ações que vêm sendo desenvolvidas:

Quadro 1 - Caracterização das atividades do Coletivo Geninhas em Movimento

AÇÃO	DETALHAMENTO	ANO DE INÍCIO
EXTENSÃO	Grupo de estudos.	2021
	Organização e participação de eventos acadêmicos.	2022
	Espaço ERER.	2021
	Formação continuada de docentes.	2022
PESQUISA	Educação das relações étnico-raciais e crianças de zero a três anos de idade: um estudo sobre as práticas pedagógicas na rede municipal de Goiânia.	2020 ¹²
	As ações afirmativas nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras.	2022
ENSINO	Oferta de disciplinas obrigatórias e optativas na graduação e pós-graduação.	2021
	Elaboração de produções textuais.	2022

Fonte: as autoras (2024).

Todas as ações listadas acima estão cadastradas nas duas instituições de ensino superior (IES) e buscam ser desenvolvidas por meio de parcerias com as RME's.

Como é possível visualizar no quadro 1, uma das atividades em âmbito da extensão diz respeito à realização de um grupo de estudos. Este ocorre quinzenalmente, de modo on-line, contando com a participação de sujeitos, na sua maioria mulheres negras, que atuam na área da educação e que estão localizadas em diferentes regiões do nosso país¹³, podendo assim ampliar as discussões a partir dos contextos em que estão inseridas. O foco dessa ação é o estudo e o aprofundamento da epistemologia negra, em especial das escritas tecidas por mulheres negras. O mesmo segue a perspectiva da importância do *aquilombamento* teórico e da *circulação da*

¹¹ Trecho da música do Coletivo Geninhas em movimento; composição: Michel Pires, ano: 2023.

¹² O início da referida pesquisa antecede à criação do Coletivo, contudo considerando o seu objetivo, metodologias, referencial teórico e ampliação do grupo participante, a mesma foi agregada às ações gerais do Coletivo.

¹³ Contamos com participantes de Brasília, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, São Paulo, entre outros.

palavra, buscando romper com a hierarquia de que somente algumas pessoas estão autorizadas a expor as suas ideias. A ênfase na produção teórica de autoras/es negras/os almeja compreender e potencializar esses conhecimentos, bem como cessar com o epistemicídio e contemplar: “[...], uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (Kilomba, 2019, p. 58).

Seguindo essa perspectiva, consideramos que o “Grupo de Estudos Geninhas em movimento” configura-se como um espaço de troca de saberes, produção de conhecimentos e fomento as discussões a respeito: da educação e relações étnico-raciais; do feminismo negro; e de políticas públicas.

A importância desses debates também é ponderada no que se refere à organização e participação em eventos acadêmicos. Dentre as iniciativas, destacamos a proposição da Sessão temática: Infâncias Negras e práticas pedagógicas antirracistas, a qual ocorreu nos seguintes eventos: V Congresso de Pesquisadores/as Negros da Região Centro-Oeste no ano de 2021 na Universidade de Brasília; XXV Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação da UFG no ano de 2022; VI Congresso de Pesquisadores/as Negros da Região Centro-Oeste no ano de 2024 na UFG.

Outra ação que ocupa um papel significativo para o nosso Coletivo é a realização do Espaço ERER. Esse é um momento de aproximação mais direta com as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que acontece nas unidades educativas das RME’s e também em IES. Essa atividade é direcionada para as instituições públicas e tem como foco apresentar e ampliar os conhecimentos das/os educandos/as no tocante à história e cultura africana e afro-brasileira, visando a implementação da Lei Federal n.º 10.639/2003, a qual altera o artigo 26-A da LDB, tornando obrigatório o ensino de tais conhecimentos.

O alcance dessa ação tem sido expressivo quantitativa e qualitativamente. No ano de 2022, a maior parte das atividades do Espaço ERER aconteceram em unidades educativas que as integrantes do Coletivo já tinham alguma aproximação, isto é, nós nos convidamos para realizar a ação. Contudo, no ano de 2023 esse cenário foi modificado e nós passamos a receber os convites. Assim sendo, atendemos em torno de quatro mil pessoas no referido ano.

A ação se configura a partir da ambientação com artefatos que remetem à cultura africana e afro-brasileira, dentre eles: livros infantis com personagens negras/os, tecidos, instrumentos musicais, bonecas/os, entre outros:

Figura 4 - Ambientação do Espaço ERER



Fonte: acervo do Coletivo Geninhas em Movimento (2022-2024).

Após a organização do espaço, a atividade pode ser desenvolvida de duas formas, a saber: realização de contação de história, seguida de um diálogo e dança com todo coletivo da unidade educativa; ou por meio de oficinas pedagógicas com os pequenos grupos. Dentre as oficinas estão: leitura de literatura infantil afrocentrada; bonecas Abayomi, Capoeira e Corpo em movimento. Cabe expor que o Coletivo vem se organizando para ampliar as possibilidades de oficinas ofertadas.

Diante dos momentos vivenciados, analisamos que o Espaço ERER contribuiu para o movimento de descolonização dos currículos, o qual é complexo e suscita reflexões de aspectos estruturais que abarcam a manutenção de poder (Gomes, 2020).

Esta perspectiva também acompanha a oferta de formação continuada de docentes. Tais ações foram realizadas tanto de modo específico a partir de convites de escolas, principalmente, da RME de Aparecida de Goiânia (GO), quanto por meio de cursos com a carga horária mais estendida. Os mesmos foram desenvolvidos para profissionais da educação da RME de Florianópolis (primeiro semestre do ano de 2023) e RME de Goiânia (primeiro e segundo semestres do ano de 2023). Esses momentos são essenciais, porque:

[...]. Somos bombardeados diariamente por uma mentalidade colonizadora – poucos de nós conseguimos escapar das mensagens oriundas de todas as áreas de nossa vida -, uma mentalidade que não somente molda consciências e ações, mas também fornece recompensas materiais para submissão e aquiescência que superam em muitos quaisquer ganhos materiais advindos da resistência, de modo que precisamos estar constantemente engajados em novas maneiras de pensar e de ser. Precisamos estar atentos de forma crítica (hooks, 2020, p. 57).

Esse movimento de “estar atentos de forma crítica” exige conhecimento, estudos, pesquisas e aprofundamentos para que as ações que abrangem a ERER não se deem de modo isolado, esporádico e sem fundamentação teórica.

Areladas as ações de extensão universitária, o Coletivo Geninhas também desenvolve atividades em âmbito da pesquisa, nas quais contamos com a participação de graduandas/os do curso de pedagogia, pós-graduandas, egressas e profissionais das RME's. Atualmente temos duas pesquisas em andamento, uma direcionada à ERER na primeira etapa da educação básica e outra às políticas de ações afirmativas no ensino superior.

A pesquisa *Educação das relações étnico-raciais e crianças de zero a três anos de idade: um estudo sobre as práticas pedagógicas na rede municipal de Goiânia* iniciou-se no ano de 2020 e tem previsão para término no ano de 2024. Tal estudo apresenta como objetivo analisar as práticas pedagógicas da educação infantil, em especial as direcionadas às creches (zero a três anos de idade) da RME de Goiânia, no que se refere às ações que visam abranger a ERER. A fundamentação teórica consiste nos estudos críticos sobre educação e relações étnico-raciais no Brasil, assim como pesquisas sobre educação infantil e relações étnico-raciais. Para a coleta de dados estamos realizando estudos do referencial teórico da área, levantamento e sistematização de teses e dissertações, além de aplicação de questionários junto às docentes, coordenadoras pedagógicas e diretoras dos Centros Municipais de Educação Infantil que atendem as crianças do agrupamento de A e/ou AB (bebês de zero a dezoito meses). As análises em andamento retratam que a temática não está totalmente silenciada, todavia, embora com avanços, permanece sendo abordada de modo pontual e pouco expressivo, não denotando, portanto, uma mudança estrutural que considere a ERER enquanto um dos elementos que compõe a qualidade na educação infantil.

O segundo projeto de pesquisa iniciou-se no ano de 2022, com previsão para finalização no ano de 2025. O mesmo trata-se de um estudo em Rede com mais três universidades brasileiras. Assim, expõe como objetivo: analisar como tem sido a criação e implementação das ações afirmativas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação de quatro universidades brasileiras, entre elas: da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, da Universidade Federal de São Carlos e da UFG, considerando as particularidades de cada instituição no que diz respeito: a sua localização geográfica (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), o público atendido, o tempo de implementação das ações afirmativas, o número de estudantes, entre outros aspectos.

O referencial teórico da pesquisa é composto por estudos sobre políticas de ações afirmativas e relações raciais no nosso país. Já os aspectos metodológicos abarcam a análise documental das resoluções e editais de cada Universidade, bem como a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas com pós-graduandos/as, docentes

e gestores/as das instituições participantes da pesquisa. No presente momento, estamos no processo da revisão do trabalho realizado a partir do levantamento e cartografia das resoluções e dos editais. Sobre essa etapa, as análises preliminares a respeito dos PPG's da UFG apontam que a referida universidade conta com uma resolução própria disposta no ano de 2015, a saber: Resolução CONSUNI n.º 07/2015, a qual “Dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos, pardos e indígenas na Pós-Graduação stricto sensu na UFG”. Cenário que colabora para que todos os programas cumpram a inserção de reserva de vagas para a população preta, parda e indígena. Contudo, ainda, torna-se necessário refletir sobre as políticas de permanência na pós-graduação. Em síntese, as duas pesquisas em andamento vêm revelando a necessidade da realização de estudos que se debrucem sobre as particularidades que abrangem as relações raciais no Brasil, em especial em âmbito da educação.

Todas essas ações e debates reverberam em âmbito do ensino, no qual seguimos o movimento de que:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2012a, p. 102).

Diante dessa necessidade e urgência, buscamos problematizar tais aspectos nas mais diversas disciplinas que ministramos. Analisamos que ainda temos muitos caminhos a trilhar, mas também apontamos que é possível a realização de ações intencionais de extensão, pesquisa e ensino que contemplem a EREER de modo consistente, contínuo e fundamentado. Adiante, na perspectiva de uma guisa de conclusão, destacamos os desafios atinentes à continuidade dos nossos trabalhos.

Projetando o futuro num continuum movimento da EREER – à guisa de conclusão

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles (Gonzalez, 1982).

Num *continuum* dos passos de Lélia Gonzalez, Angela Davis, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, bell hooks, Patrícia Hill Collins, e

sobretudo, de Dona Geninha, seguimos desnudando, desvelando e escancarando a condição e as contradições histórico-políticas e socioeducativa do povo negro. No passo delas e com elas, seguimos nesse movimento de indagação, indignação e resistência, mudando e transgredindo as coisas que não podemos aceitar mais!

Seguimos com as ações de extensão, pesquisa e ensino do Coletivo Geninhas num *continuum* giro da *práxis* antirracista observando e agindo em relação ao tratamento, desenvolvimento e efetivação cotidiana da EREER. Na dialogicidade dessas ações, permanecemos em alerta, escuta e atenção das indagações:

Como será que nós, professores e professoras, temos trabalhado com a questão racial na escola? Que atitudes tomamos frente às situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula? Até quando esperaremos uma situação drástica de conflito racial ou enfrentamento para respondermos a essas perguntas? Por que será que a questão racial ainda encontra tanta dificuldade para entrar na escola e na formação do professorado brasileiro? (Gomes, 2005, p. 146).

Em consonância com esse *continuum* movimento de Gomes (2005), as ações, vivências e trocas de experiências e aprendizagens do Coletivo Geninhas, com diversos atores sociais, crianças, jovens e adultos e em diversos lugares no decorrer desses anos de atividades da *práxis* antirracistas, também engendraram muitas indagações: *Por que será que a EREER não é um conteúdo curricular permanente e contínuo na escola? Por que será que as questões raciais são tratadas de forma pontual, agregada ao calendário de datas comemorativas, no dia 20 de novembro? Por que a educação escolar, após duas décadas de proclamação da Lei n.º 10.639/2003, ainda explicita o desconhecimento da legislação, de conteúdos e conhecimentos sobre as questões raciais? Por que ainda é alarmante o índice de não declaração raça/cor no censo escolar? Até quando a academia, as escolas permanecerão com referenciais eurocêntricos que perpetuam o epistemicídio e o racismo estrutural? Por que nas bibliografias escolares não há autores/as negros e negras como referências? Por que o material e o recurso didático étnico-racial são escassos e até mesmos inexistentes no espaço escolar? Por que professores e professoras negras são minoria nos programas de pós-graduação, na ocupação de cargos de direção, na gestão das instituições de ensino?*

São tantas as indagações suscitadas das ações de extensão, pesquisa e ensino do Coletivo Geninhas, as quais representam os desafios já indicados e reivindicados pelo Movimento Negro e pelas autoras e autores da epistemologia negra. Tais desafios põem em curso e no horizonte do Coletivo Geninhas o *continuum* das seguintes ações: o estudo e o aprofundamento teórico-

prático da epistemologia negra na formação inicial e continuada; atividades de práticas pedagógicas antirracistas; debates e diálogos sobre a ERER; realização de eventos acadêmicos sobre as questões étnico-raciais; a continuidade do desenvolvimento de pesquisas, atividades de ensino e de extensão sobre relações étnico-raciais; a realização de formação sobre literatura afro-centrada; a descolonização curricular por meio da proposição de disciplinas com foco nos estudos e pesquisas da epistemologia negra e outras ações antirracistas relacionadas a todos os níveis e modalidades de ensino.

Seguimos projetando o futuro pela intersecção da *práxis Sankofa*, a qual lê, analisa e elabora o passado com a intencionalidade de transgredir no presente num ato de luta por um futuro antirracista. “A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política” (Brasil, 2004, p. 16). Os atos dessas transgressões antirracistas representam na contemporaneidade as legislações antirracistas, como as Leis Federais n.º 10.639/2003, n.º 11.645/2008, n.º 12.711/2012 e seus desdobramentos em documentos orientadores extremamente fundamentais, em destaque as diretrizes curriculares, na luta por uma educação antirracista.

As legislações antirracistas expressam a materialização de uma luta histórico-política pela efetivação do direito a educação mediante a democratização e universalização do ensino. Põe em curso, o movimento dos sujeitos “da margem ao centro”, ou seja, daqueles que historicamente permaneceram excluídos, invisibilizados e inferiorizados, a margem dos direitos e efetivação social. É um movimento de transgressões que suscitam outras indagações:

Quais são as respostas epistemológicas do campo da educação a esse movimento? Será que elas são tão fortes como a dura realidade dos sujeitos que as demandam? Ou são fracas, burocráticas e com os olhos fixos na relação entre conhecimento e os índices internacionais de desempenho escolar? (Gomes, 2012b, p. 99);

Convocamos mais uma vez Gomes (2012b) e suas indagações epistêmicas, com a intencionalidade de reiterar os compromissos e os passos do Coletivo Geninhas com a educação pública, democrática e primordialmente étnico-racial.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasileiro, DF, seção 1, p. 27833, 1996.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasileiro, DF, seção 1, p. 1, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009.
- CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, S. A. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **LOLA Press**, [S.l.], n. 16, 2001. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CARNEIRO, S. A. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, Florianópolis, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, P. H. **Intersectionality as critical social theory**. London: Duke University Press, 2019.
- EVARISTO, C. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, C. **Olhos d’agua**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: SECAD, 2005. p. 143-154.

GOMES, N. L. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1-8, 2023. DOI: 10.1590/ES.275110. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYSsM/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012a. DOI: 10.1590/S0101-73302012000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, [S.l.], v. 12, n. 1. p. 98-109, 2012b.

GOMES, N. L. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspóricos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, 1988. DOI: 10.21057/repamv15n1.2021.40454. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GONZALEZ, L. Mulher negra, essa quilombola. In: UCPA - União dos Coletivos PanAfricanistas; GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, L. Na dança das eleições, caímos no samba da política feminina. **Mulherio**, [S.l.], ano II, n. 5, p. 3, 1982.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo. Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **Ensinando o pensamento crítico**: Sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MORAES, E. **Poema Dona Geninha em movimento**. 2024. No prelo.

NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. **Ôrí**. Direção de Raquel Gerber. [Arquivo de vídeo – documentário], 1989. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombolas e movimentos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PIRES, M. **Música do Coletivo Geninhas**. 2023. Material não publicado.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, [S.l.], v. 30, n. 3, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/2745>. Acesso em: 10 jan. 2024.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não aplicável.
 - ☐ **Financiamento:** Não aplicável.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não aplicável.
 - ☐ **Aprovação ética:** Não aplicável.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais estão disponíveis mediante solicitação.
 - ☐ **Contribuições das autoras:** Thaís Regina de Carvalho (autora): Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Metodologia, Administração de projeto, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.
Rachel Benta Messias Bastos (coautora): Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Metodologia, Administração de projeto, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.
-

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação e normalização.

